

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre o controle e a resistência: o Presídio da Ilha das Flores como espaço de luta e afirmação de identidade de ex-prisioneiros políticos

Maria Fernanda Magalhães Scelza*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo caracterizar o espaço físico e social do Presídio da Ilha das Flores, relacionado à construção da identidade de ex-prisioneiros políticos nele encarcerados no período de 1969 a 1971. O estudo, em andamento, priorizou a análise das suas memórias, no que diz respeito a atividades de resistência e sobrevivência na referida instituição prisional.

Palavras-chave: Memória – Ditadura Militar – Sistema Prisional.

Abstract: The present work has as objective to characterize the physical and social space of the Presídio da Ilha das Flores, related to the construction of the identity of former-prisoners politicians in it jailed in the period of 1969 the 1971. The study, in progress, it prioritized the analysis of its memories, in that it says respect the activities of resistance and survival in the related prisional institution.

Keywords: Memory – Military Dictatorship – Prisional System

1. O espaço e a identidade: conceitos

O presente artigo possui como objetivo discutir as relações estabelecidas entre a construção da identidade coletiva dos ex-prisioneiros políticos do Presídio da Ilha das Flores com o espaço físico do cárcere, dialogando com os eventos de resistência ocorridos dentro do próprio Presídio. O enfoque se restringe ao período de 1969 a 1971, que marca as datas da primeira prisão e soltura dos ex-prisioneiros.

As fontes documentais consultadas e utilizadas no artigo estão disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e fazem parte do Fundo Polícias Políticas. A pesquisa aqui apresentada se ampara na metodologia da História Oral. Para tal, foram entrevistados cinco ex-prisioneiros políticos que atuaram em diferentes organizações, armadas ou não, durante o Regime Militar. Dada a natureza do tema abordado e a fase preliminar do estudo, optei por omitir os nomes dos narradores.

A partir dos relatos por mim colhidos foi possível ter acesso às informações que constituem a memória desses agentes sociais. Vale ressaltar que tratamos aqui de memórias

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ), na linha de pesquisa História Política e Cultura.

submetidas a um processo seletivo, fruto do silenciamento e esquecimento dos fatos vividos em experiências limites.

Dessa maneira, entendo a memória como um dos elementos formadores da identidade, sendo ela coletiva ou individual. Tal sentimento se mistura ao instinto de continuidade, fortalecendo e fomentando a coerência na formação do próprio indivíduo ou do grupo em questão. Embasando-me nessa idéia, procurei buscar o acesso às informações resguardadas pelos ex-prisioneiros políticos.

Ao apontar a construção e permanência de uma memória coletiva proveniente do espaço físico onde ocorreu a atuação dos atores sociais, identifico uma relação de mão-dupla, já que “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial (...) é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças” (HALBAWACHS: 1990, 143).

Assim, analisando o cotidiano dos ex-prisioneiros políticos na Ilha das Flores é possível refazer as rotas da constituição não só da memória e do espaço em si, mas, principalmente, da identidade político-cultural ali fomentada. Este levantamento possui como objetivo apontar uma cultura política de resistência nascida nos dias de clausura do coletivo.

2. O golpe e as flores: conjunturas

O tema escolhido para o estudo está inserido na conjuntura do Regime Militar no Brasil. O período, inaugurado em 1º de abril de 1964 a partir de um golpe civil-militar protagonizado pelas Forças Armadas e apoiado por parcelas da sociedade civil, acabou por destituir o presidente eleito João Goulart. Apesar da grande adesão ao governo por parte das camadas populares, este desmoronou sem qualquer resistência. A sociedade, assim como as forças políticas de esquerda e o próprio presidente, que temia uma guerra civil, nada fizeram no sentido de impedir o avanço conservador.

É importante ressaltar a idéia de que “a ditadura foi uma construção histórica e social da sociedade brasileira” (REIS Fº: 2005, 51). Não se tratou de um golpe efetivado simplesmente por militares, mas sim um golpe de caráter civil-militar, existindo a participação dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, encabeçada inicialmente pelas elites. A ação foi argumentada como sendo um contra-golpe a favor da ‘democracia’.

Ao assumir o poder, os militares desenvolveram como base estrutural as chamadas Comunidades de Informações, onde cada uma das Forças Armadas tinha um contingente informacional (CIE, CISA e CENIMAR). No caso aqui específico, destaco o

CENIMAR que desempenhou importante papel como órgão de repressão. A Marinha contava com algumas instalações prisionais, dentre as quais, o Presídio da Ilha das Flores, pano de fundo do objeto desse trabalho.

Apesar do nome um tanto poético, o Presídio da Ilha das Flores possui peculiaridades que em nada lembram poesia. Anteriormente à instituição carcerária, no local funcionara a Hospedaria de Imigrantes, construída em meados do século XIX. Tratava-se do espaço onde os recém-chegados imigrantes permaneciam em quarentena, aguardando informações sobre o rumo a tomarem para trabalhar. Estando localizada no atual município de São Gonçalo, nas imediações do bairro de Neves, próximo à Rodovia Niterói-Manilha, a Hospedaria ficava sob a tutela do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Provisoriamente, durante a I Guerra Mundial, em 1917, a Ilha passou ao Ministério da Marinha, sendo devolvida com ressentimentos ao ministério de origem em 1919.

Antes mesmo de 1964 a Hospedaria já possuía parte de seu espaço adaptado ao Presídio, passando a receber um número considerável de detidos. Inúmeros soldados da Revolução Constitucionalista de 1932 foram encaminhados para a Ilha.

Conforme o Regulamento do Presídio da Polícia Civil Instalado em uma Seção da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, de 10 de agosto de 1942, a Hospedaria da Ilha das Flores passou a abrigar um presídio. A Hospedaria e os respectivos funcionários permaneceriam ao sul da Ilha e o presídio com sua estrutura funcional, ficariam situados ao norte. Algumas dependências da Hospedaria de Imigrantes foram transformadas em campos de concentração para presos do pós-II Guerra Mundial (FÁVERI: 2005, 65).

O Presídio utilizou as instalações da antiga hospedaria para o seu funcionamento. Era uma espécie de sobrado repleto de quartos pequenos de um lado e de outro, que foram transformados em celas. Existia uma ala masculina e uma feminina. A ala feminina ficava no final do pavilhão. Lá também ficavam as celas dos presos incomunicáveis, que ficavam voltadas para a cidade de São Gonçalo. A outra parte das celas ficavam voltadas para o Rio de Janeiro. O banheiro ficava na ponta do corredor dos incomunicáveis, distante das demais celas.

A Hospedaria manteve o seu funcionamento paralelo ao do presídio até o ano de 1966. No mesmo ano, deram por terminadas suas atividades, instalando na Ilha das Flores o Centro Nacional de Treinamento (CENATRE), uma espécie de escola de treinamento para oficiais militares, administrada pela Marinha.

A Marinha toma posse da Ilha das Flores no ano de 1969. Em abril, “o comandante Clemente Monteiro Filho montara com um destacamento de fuzileiros navais seu

pequeno campo de concentração da Ilha das Flores” (GASPARI: 2002, 263). Sob o comando de Monteiro Filho, a Ilha das Flores abrigou um centro de tortura que funcionava na chamada Ponta dos Oitis. No local existiam pequenas casas que serviam para guardar os equipamentos de tortura e, também, onde era praticada a mesma.

LC, ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi um dos primeiros a chegar à Ilha junto de toda organização. Ele explica, em entrevista concedida em 12 de janeiro de 2006,

“(...) pegaram uma casinha que a gente chamava de Casa Vermelha, que era um centro de horrores. Todo o esquema de tortura lá, equipamentos... E era uma tortura... Vinha gente de tudo que era lugar torturar a gente. (...) afastada do pavilhão e atrás da casa da burocracia, do comando da Ilha das Flores. Tem o pavilhão, tem umas casas brancas e era lá atrás, a Ponta dos Oitis. Tudo muito antigo. Está demolido esse negócio”.

Segundo VH, ex-militante da Ação Popular (AP), entrevistado pela autora em 1º de novembro de 2005, “é um lugar muito longe, na ponta da ilha. Então, você só via mesmo a baía, o mar. Você se sentia abandonado. Ali era um local bastante ermo. Tinham duas casas abandonadas. Então, ali você estava entregue mesmo”.

JM, também ex-membro da AP, em entrevista concedida à autora em 24 de janeiro de 2006, rememora a Ponta dos Oitis,

“Era um lugar lindo, bucólico, com umas árvores floridas, com o mar batendo e tinha uma casinha branca no canto. (...) Devo ter sido o quarto a ser levado. Cheguei lá e os caras me tiraram a roupa, me deram bofetão, porrada, o cacete, mas ainda era um troço muito leve. Mandaram-me segurar uns fios de magneto, ficaram dando choques e jogaram água salgada por cima. Uma sessão de duas horas, mas não foi uma porradaria”.

O centro de tortura da Ilha das Flores deixou de existir com a criação do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), entre o final de 1969 e o início de 1970. O DOI-CODI tinha como objetivo principal centralizar as informações obtidas pelos centros de tortura de cada uma das Forças Armadas. Assim, as ações dos militares tornaram-se mais eficientes, já que as informações circulavam entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Somente em 1978, a Marinha se transfere definitivamente para a Ilha das Flores. Atualmente, é mantida na ilha uma Base de Fuzileiros Navais e Tropa de Reforço.

3. O controle e a resistência: o dia-a-dia no Presídio

As lembranças do clima de tensão que permearam o cotidiano dos prisioneiros no Presídio da Ilha das Flores iniciaram-se logo no trajeto para o local de clausura. Os ex-prisioneiros políticos entrevistados antes de rumarem para a clausura da Ilha, foram interrogados em centros de informações, onde foram expostos às mais cruéis torturas.

RG, ex-militante da Ação de Libertação Nacional (ALN), em depoimento ocorrido em 18 de outubro de 2005, explica o funcionamento do presídio: “Quando se passava para os comunicáveis, você sabia que a tua prisão já tinha sido oficializada. Antes disso, você era preso clandestino, até porque se eles quisessem matar você não tinha sido preso”.

FM, também ex-membro da ALN, recorda sua passagem pelo isolamento e as marcas dessa experiência em sua vida em relato concedido em 23 de janeiro de 2004.

“Uma coisa ficou desse período que estava isolado era que havia uma obra na Ilha das Flores e de manhã cedo, ligavam uma serra elétrica. Durante vinte e tantos anos, aquele barulho da serra elétrica me perturbou. Isso foi uma coisa que só a minha terapia me livrou... (...) Toda vez que eu estava numa situação de me desprender totalmente da realidade, no sono, principalmente, a serra elétrica me despertava. Como se eu não pudesse ignorar o real”.

A partir da liberação da comunicabilidade dos presos políticos, estes passavam a ter a oportunidade de dividir as experiências vividas com seus pares. É nesse momento em que iniciam as diferentes formas de resistência no cárcere. Para ilustrar a resistência na prisão, resolvi destacar alguns eventos relatados pelos ex-prisioneiros políticos.

Dentre as atividades desenvolvidas, os estudos e a prática de esportes possuíam grande importância. Eram formas de impedir o esquecimento do tempo/ data (tortura psicológica em que o indivíduo fica alheio à passagem dos dias/ horas). JC, ex-militante Vanguarda Revolucionária–Palmares (VAR-PALMARES), afirma no relato concedido em 04 de novembro de 2005, que “(...) Tinham muitas discussões políticas, filosóficas, econômicas e futebolísticas e teve um momento, inclusive, na Ilha, que nós chegamos a ter uma certa liberdade no banho de sol, e organizamos um campeonato de vôlei”.

O apoio familiar foi imprescindível. Além de levar livros e alimentos, as famílias também colaboravam com a resistência dos presos na Ilha. Muitos bilhetes eram repassados aos familiares para serem entregues às organizações e/ ou aos prisioneiros. O chamado ‘Papa’,

rádio que os presos utilizavam para informarem-se sobre os acontecimentos externos à Ilha, foi levado pela mãe de RG.

“Eu falei: ‘Mãe, a gente precisa ter um rádio aqui’. Na prisão, lia-se jornal, mas rádio não. E meu pai tinha passado no Japão, numa Copa do Mundo que ele foi, e ele trouxe dezenas de rádios de pilha do tamanho de uma caixa de fósforos. Eu perguntei: ‘Ainda tem aquele radinho?’. Ela falou: ‘Mas como é que eu boto isso aqui dentro?’. Nós recebíamos mantimentos de casa. Na época, o açúcar era saco de papelão costurado em cima. Eu falei ‘Se você tiver paciência, você tira o barbante que costura o saco, vai na balança de precisão da farmácia, pesa o radinho, tira a mesma quantidade de açúcar, envolve o radinho num plástico, bota dentro e fecha de novo’. Ela fez isso e nós tínhamos um rádio lá”.

Quanto as relações desenvolvidas com os militares que guardavam a Ilha, os entrevistados são unânimes: na maioria das vezes, não havia uma relação propriamente dita. O confronto era direto, pois, para RJ, ex-participante da VAR-PALMARES, em entrevista de 04 de novembro de 2005, “uma coisa terrível, uma situação altamente estressante. Por causa disso, a qualquer momento, você poderia voltar para o pau, voltar para a tortura”.

Para LC, os militares “são pessoas muito duras, muito limitadas e covardes. É prepotência, querer mandar, querer dizer que eu não posso fazer isso, me subjugar”. Ainda assim foi possível conseguir a adesão de algumas guardas. A tática utilizada, de acordo com JM era “(...) não cumprir provocação, tratar todo mundo com dignidade, ninguém se submeter, mas não entrar nas provocações”.

A vida da prisão está longe de ser tranqüila. São inúmeros os obstáculos físicos, psicológicos e ideológicos a serem transpostos. A individualidade perde espaço para um coletivismo, a priori, forçado. Sem dúvida, a troca e o apoio entre os prisioneiros fizeram com que a situação fosse sustentável. A preocupação, a solidariedade, o ânimo injetado uns nos outros foram triviais para conseguir transcender o momento do desespero e da solidão.

Dentro desta realidade, os presos políticos acabaram por formar um grupo bastante coeso, um coletivo tendo como principal característica o apoio prestado reciprocamente. Por conta disso, construíram uma identidade conjunta, onde seus temores e anseios se misturam à fecunda amizade que passa a existir. A utilização do próprio cárcere como trincheira de luta serviu para garantir a sobrevivência. Os presos políticos notaram a necessidade de organizarem-se dentro do próprio presídio. Uma série de prisões arbitrárias foram efetuadas pelos organismos de repressão a partir da homologação do AI-5. Os acusados de subversão não tinham o direito de habeas corpus, nem de averiguar seus processos. Além disso, as condições oferecidas nas casas de custódia eram precárias.

Através da comunicação criativa¹ que os prisioneiros utilizavam, receberam a informação de que haviam levado três jovens militantes: MS, MM e MV, integrantes da Ação Popular (AP). Como forma de protesto, uma greve de fome foi deflagrada em fins de outubro de 1970. As militantes citadas “tiveram suas prisões relaxadas pelo Superior Tribunal Militar e foram violentadas no seu direito à liberdade” (APERJ: 1970), sendo seqüestradas e levadas para local desconhecido no momento em que deixavam a Penitenciária Feminina de Bangu, onde se encontravam reclusas.

Os prisioneiros conseguiram escrever um panfleto denunciando os desmandos do governo militar, onde os detentos elaboraram uma lista de reivindicações em prol de melhorias de vida no Presídio da Ilha das Flores. O panfleto foi divulgado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), campus da Praia Vermelha. As militantes seqüestradas reapareceram e algumas das reivindicações sobre melhores condições carcerárias foram cumpridas.

O encarceramento de parte do grupo dos ex-prisioneiros políticos da Ilha das Flores tem fim com o seqüestro do embaixador suíço, empreendido pela organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), onde foi possível libertar 70 presos políticos. Foram “cerca de 40 dias de negociações, com veto da ditadura a vários nomes da lista inicialmente apresentada. O desgaste dessa ação, associado à fraqueza orgânica do que restava da esquerda armada, destroçada pela repressão, colocou um ponto final nos seqüestros” (RIDENT: 1999, 19).

Os ex-prisioneiros políticos da Ilha das Flores entrevistados foram, com exceção de VH e LC, libertados em 1971 após o seqüestro do embaixador suíço, seguindo para o exílio. A partir daí, os presos que constavam na lista de negociação ficaram isolados e no dia 10 ou 11 de janeiro de 1971 foram levados para a Base Aérea do Galeão. De lá, seguiram para o exílio no Chile, onde permaneceram até 1973.

4. Considerações finais

Certamente a rememoração dos acontecimentos relacionados ao período do regime militar é dolorosa. As feridas ainda não se encontram totalmente cicatrizadas. Muitas obscuridades referentes à ‘revolução democrática’ dos militares e ao ‘golpe civil-militar’ dos opositores têm de vir à tona e serem investigadas. São inúmeros os mortos que têm de ser enterrados e arquivos que necessitam serem abertos. Além disso, muita justiça ainda tem de

¹ Os presos comunicavam-se através de copos encostados à parede e ao ouvido concomitantemente.

ser feita. Sendo assim, acredito que os levantamentos memorialísticos e documentais são imprescindíveis, da mesma forma que as pesquisas e publicações que abordem o assunto.

Com base na análise das fontes por mim selecionadas, tanto escritas quanto orais, pude perceber a importância da reconstrução do espaço prisional na memória de ex-prisioneiros políticos. Ao rememorar o espaço físico da prisão, conseqüentemente, são desencadeadas lembranças silenciadas pela dor e angústia que promovem.

É interessante ressaltar que os narradores não se isentam da violência utilizada contra a ditadura militar. Apresentam as atrocidades das torturas sofridas e as limitações da liberdade, mas reconhecem o ‘jogo de cartas marcadas’ que envolvia as relações com o regime. Os que optaram pelo uso da violência e participaram de grupos armados, compreendem a reação vinda dos militares. Isso não quer dizer que a tortura seja aceita. Mesmo imobilizados pela prisão, os presos políticos deram continuidade à luta de resistência.

Muitas foram as ações que imprimiram a luta pela sobrevivência diária na prisão. Entre pequenos gestos e feitos sensacionais, a resistência só foi possível graças a boa convivência dos presos. Apesar das divergências político-ideológicas, prevaleceu a amizade e solidariedade mantida até os dias de hoje, onde o carinho e afeto são notados nas menções feitas pelos narradores.

Assim, o artigo cumpre o papel por ela proposto. Sem a pretensão de esgotar o assunto e, muito menos, as análises dos relatos, lança luz nos testemunhos dos que vivenciaram a experiência da clausura sob o regime de horror.

Referências bibliográficas:

- FÁVERI, Marlene de. *As línguas proibidas*. In: **Revista Nossa História**. Ano2. Nº 21 – Jul. 2005. Pp 60-65.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1990.
- REIS Fº, Daniel Aarão. Entrevista. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 1. Nº 3 – Set. 2005. Pp 50-53
- RIDENT, Marcelo. *Que história é essa?* In: REIS Fº, Daniel Aarão. **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- SCELZA, Maria Fernanda Magalhães. **Informação, identidade e memória: o espaço prisional da Ilha das Flores pela ótica de ex-prisioneiros políticos da ditadura militar**. Monografia defendida como trabalho de final do curso de graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2006.